



SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador IZALCI LUCAS

REQUERIMENTO Nº DE - CE

Senhor Presidente,

Requeiro, nos termos do art. 93, I, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, com o objetivo de instruir o PL 5950/2023, que “altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir educação e administração financeira nos currículos da educação básica”.

Proponho para a audiência a presença dos seguintes convidados:

- o Senhor Luiz Gustavo, Diretor do Colégio Marista João Paulo II;
- a Senhora Maria Zeneide do Nascimento Santana, Professora da Escola Classe Sonhem de Cima;
- o Doutor Fabio Iglesias, Professor da Universidade de Brasília;
- o Senhor Duda Scartezini, Diretor da Impact Hub Brasília;
- o Senhor Luiz Lesse Moura Santos, Vice-Presidente da Confebras;
- a Senhora Carminha Porto, Presidente Executiva ASSBAN;
- a Exma. Sra. Deputada Catarina Guerra, Deputada Estadual de Roraima;
- a Senhora Álvaro Domingues, Presidente do Conselho de Educação do DF;
- representante Secretaria de Educação do DF;
- representante FNDE;
- representante MEC.



JUSTIFICAÇÃO

No Brasil, a situação do endividamento e mal uso do dinheiro é cada dia mais preocupante, desestabiliza o sistema financeiro nacional, reduz o crescimento e desenvolvimento econômico, inviabiliza a aposentadoria de qualidade, aumenta a pobreza e a violência, prejudica a saúde, reduz a arrecadação de tributos.... Diante disso, em 2010 foi estabelecida a Estratégia Nacional de Educação Financeira (ENEF) pelo O decreto presidencial 7.397/2010, a Lei Nº 14.181, em 2021 foi aprovada a Lei do Superendividamento, em 2023 o Programa DESENROLA começou a limpar o nome de milhares de brasileiros. Mesmo diante dessas iniciativas, segundo dados de 2024, da Pesquisa de Endividamento e Inadimplência do Consumidor - PEIC, em março 2024 71,4% das famílias que ganham acima de 10 salários mínimos estavam endividadas, enquanto 75% das que ganham menos desse valor, também estavam endividadas, mostrando pequena diferença no índice de endividamento, apesar da grande diferença de acesso a renda. Segundo o SERASA, em fev de 2023 eram 71,41mi de inadimplentes e em fevereiro de 2024 este número aumentou para 72,04. Nessa mesma pesquisa, mostra um percentual de inadimplentes de jovens de até 25 anos em 12%.

As iniciativas precisam ser avaliadas e acreditamos que para reverter o problema será necessário incluir investimento em ações escaláveis e eficazes de Educação Financeira. O modelo de viabilizar o trabalho a partir das escolas podem ser poderoso por desenvolver as habilidades e construir os comportamentos desde a infância, e além disso, impactar simultaneamente educadores, colaboradores e as famílias, isto é, toda comunidade escolar.

Afinal, para ter uma sociedade com indivíduos capazes de construir com autonomia uma vida financeira saudável e sustentável, é fundamental desenvolver os comportamentos financeiros responsáveis e sustentáveis. Eles são mais importantes do que simplesmente ter acesso ao dinheiro e acesso à informação, haja visto o alto endividamento, também em faixas salariais altas, e a



baixa eficácia na solução do desafio do endividamento, da distribuição de renda em programas sociais e de renegociação de dívidas.

A Educação Financeira não trata apenas de dinheiro, ensina a fazer melhores escolhas. Ela pode ir muito além de saber calcular o troco ou guardar dinheiro para o futuro, ela possibilita desenvolver habilidades para gerar renda com trabalho e com investimentos, guardar dinheiro para ser usado no médio e longo prazo, gastar para suprir necessidades e atender aos desejos, planejar realizações e fazer a gestão do fluxo financeiro ao longo da vida. Os indivíduos educados financeiramente ganham autonomia para enfrentar desafios e aproveitar oportunidades, independentemente da quantidade de renda.

Sala da Comissão, de de .

Senador Izalci Lucas
(PL - DF)

